

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.857 - SP (2019/0150674-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **IOLANDA LOURENCO DA SILVA**
ADVOGADOS : **ERICSON CRIVELLI - SP071334**
 MILTON LUIZ BERG JÚNIOR - SP230388
 SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
RECORRIDO : **FUNDACAO SAUDE ITAU**
ADVOGADOS : **RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910**
 FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
 JULIANA PADILHA DA SILVA - RJ214942
 CAMILA CRESPO DO AMARAL - RJ198602

DECISÃO

O presente recurso versa sobre tema por mim afetado à Segunda Seção desta Corte, nos autos dos REspS n. 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP, para julgamento segundo o rito previsto nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, a fim de "definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998" (Tema n. 1.034/STJ).

Apesar de as decisões de fls. 614/616 e 628/630 (e-STJ) indicarem o presente recurso como representativo da controvérsia, a Segunda Seção afetou os especiais considerados abrangentes o suficiente ao julgamento do tema, motivo pelo qual não há justificativa para nova decisão colegiada de afetação, o que importa na descaracterização do recurso como representativo da controvérsia.

Desse modo, por razões de economia processual e em atenção aos objetivos das regras que disciplinam a matéria, faz-se necessário remeter os autos à origem, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso especial representativo da controvérsia.

Com efeito, nos termos do art. 256-L do RISTJ (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016), o recurso especial distribuído nesta Corte, que tenha como fundamento idêntica questão de direito afetada, será devolvido ao Tribunal de origem, para nele permanecer suspenso.

Diante do exposto, RECONSIDERO a indicação do presente recurso como representativo da controvérsia, tornando sem efeito as decisões de fls. 614/616 e 628/630 (e-STJ) e DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, depois de publicado o acórdão paradigma, seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator